

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.567 - SP (2020/0020775-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : FABIO LUIS BRAZ CAPANO**  
**ADVOGADO : CAROLINA ABDO - SP197625**  
**AGRAVADO : TIESSA NATALIE XAVIER RAMOS**  
**ADVOGADO : WELLINGTON CARLOS SALLA - SP216622**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por FABIO LUIS BRAZ CAPANO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

APELAÇÃO AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS MORAIS E ESTÉTICOS PARCIAL - PROCEDÊNCIA - INCONFORMISMO DAS - PARTES AUTORA VÍTIMA DE AGRESSÃO FÍSICA PELO EX-NAMORADO QUE A FERIU COM UM PEDAÇO DE VIDRO NO ROSTO E QUEBROU DOIS DE SEUS DENTES FRONTAIS - LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE E DEFORMIDADE PERMANENTE ATESTADAS EM EXAME DE CORPO DE DELITO NA ESFERA CRIMINAL REQUERIDO FOI PROCESSADO E CONDENADO CRIMINALMENTE PELA PRÁTICA DE CRIME DE LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE PRESENTES OS ELEMENTOS ESSENCIAIS À RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL SUBJETIVA DO REQUERIDO SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS AUTORA SUBMETIDA A TRATAMENTO ODONTOLÓGICO E NECESSITA DE TRATAMENTO MÉDICO PARA RECUPERAÇÃO DE SUA FACE OS QUAIS DEVEM SER CUSTEADOS PELO REQUERIDO EM RAZÃO DO NEXO CAUSAI ENTRE A CONDUTA DOLOSA E OS DANOS SUPOSTOS PELA AUTORA QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO A TÍTULO DE DANO MORAL ( R 2000000 ) E DE DANO ESTÉTICO ( R 2000000 ) MANTIDOS CORRETO O AFASTAMENTO DA RESPONSABILIZAÇÃO DO REQUERIDO À INDENIZAÇÃO DE GASTO COM O MEDICAMENTO — POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PEDIDO MÉDICO E DOS LUCROS CESSANTES - REQUERENTE NÃO COMPROVOU TER SOFRIDO PERDA PARCIAL DE GANHOS AO LONGO DO PERÍODO DA CONVALESCENÇA INOCORRÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ POR PARTE DA AUTORA RECURSOS DESPROVIDOS

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional,

alega violação do art. 944 do CC, no que concerne ao valor do dano moral e estéticos fixados na origem, trazendo os seguintes argumentos:

Assim em atenção aos princípios da PROPORCIONALIDADE e da RAZOABILIDADE, há de se reconhecer que os valores arbitrados à título de danos morais e danos estéticos em favor da Recorrida Tiessa que atingem a monta de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), ou seja, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um deles, visivelmente é desproporcional aos danos e prejuízos que foram demonstrados pela Recorrida Tiessa nos autos (fl. 1.017).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial, no que concerne à interpretação dada ao artigo de lei apontado como violado.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Os valores fixados a título de indenização pelos danos moral (R\$20.000,00) e estético (R\$20.000,00) devem ser mantidos, porque bem visualizam as peculiaridades do caso e se põem em linha de coerência com precedentes em casos assemelhados, sendo, por fim, compatíveis com as lesões sofridas.

O MM. Juízo a que apreciou e ponderou minuciosamente todos os elementos dos autos e circunstâncias trazidas pelas partes no arbitramento do montantes indenizatórios, em análise exaustiva e suficiente, que dispensa qualquer acréscimo ou correção.

Ademais, os valores arbitrados apresentam simultâneo atendimento aos requisitos de desestímulo à ocorrência de novas condutas danosas, capacidade econômica das partes e compensação à requerente quanto ao dano ocorrido, sem a caracterização do enriquecimento sem causa (tudo na perspectiva do artigo 944, caput, CC/02) (fl. 1.006).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula

n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, observa-se não ter sido comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente